

A Filosofia e o seu Ensino

Philosophy and its Teaching

Guilherme Basílio¹

Rosa Mechiço²

RESUMO: O presente artigo ao reflectir sobre *A filosofia e o seu Ensino* considera, de modo directo, isto é, sem desvios nem reservas, as experiências e vivências dos professores de filosofia em sala de aula, no ensino secundário e superior, em nossa realidade moçambicana. Assim, tomando como suporte conhecimentos provindos do campo da didáctica geral e da didáctica da filosofia articula-os em consonância com posicionamentos de alguns expoentes selectos nestas áreas do saber tendo como *leitmotiv* o desafio de construir alternativas teórico e prático metodológicas a ser adoptadas por professores de filosofia e, desse modo, adequar convenientemente o seu ensino. Nesta linha de investigação didáctica, inovação e experimentação metodológica avançamos com as seguintes moções: se entenda a filosofia como sendo, primordialmente, uma actividade humana que pleiteia um pensar autónomo, responsável, crítico e, em razão disso, obriga uma atitude obstinadamente reflexiva e dialógica que redunde em acção transformadora de si mesmo, do outro e da realidade circudante; a maiêutica socrática, actualmente transformada em construtivismo, juntamente com a metodologia do Jacotot constituem, a nosso ver, os métodos mais adequados e relevantes para a didáctica da filosofia em Moçambique; o compromisso lectivo do professor de filosofia, como mediador, deve coincidir com o propósito de talhar e mobilizar o espírito intelectual dos educandos a não se deixar contaminar pela indiferença que leva ao alheamento e covardia relativamente a realidade.

Palavras-Chave: Filosofia, Ensino, Didáctica, Escola, Universidade.

¹ Doutor e Mestre em Educação/Currículo pela PUC-SP, licenciado em Ensino de Filosofia pela Universidade Pedagógica de Maputo. Professor Associado da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Pedagógica de Maputo. guilhermebasilio@yahoo.com.br. Orcid: 0000-0001-9476-4324.

² Doutora em Filosofia, Mestre em Educação/Ensino de Filosofia e Licenciada em Ensino de Filosofia pela Universidade Pedagógica de Maputo. Licenciada em Ciências Religiosas e Bacharel em Ciências de Educação pelo Instituto Superior Maria Mãe de África. Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Pedagógica de Maputo. professorarosamechico@gmail.com. Orcid: 0000-0001-7755-5694.

ABSTRACT: This article when reflecting on *Philosophy and its Teaching* considers, directly, that is, without deviations or reservations, the experiences and experiences of philosophy teachers in the classroom, in secondary and higher education, in our Mozambican reality. Thus, taking as support knowledge from the field of general didactics and philosophy didactics articulates them in consonance with the positions of some selected exponents in these areas of knowledge having as *leitmotiv* the challenge of constructing theoretical and practical methodological alternatives to be adopted by philosophy teachers and, in this way, to properly adapt their teaching. In this line of didactic research, innovation and methodological experimentation we have advanced with the following motions: philosophy is understood as being, primarily, a human activity that pleads for an autonomous, responsible, and critical thinking, and, therefore, it requires an obstinately reflective and dialogical attitude that results in a transforming action of oneself, of the other and of the circudante reality; Socratic maieutics, currently transformed into constructivism, together with the methodology of Jacotot constitute, in our view, the most appropriate and relevant methods for the didactics of philosophy in Mozambique; the academic commitment of the professor of philosophy, as a mediator, must coincide with the purpose of carving and mobilizing the intellectual spirit of the students not to be contaminated by the indifference that leads to alienation and cowardice in relation to reality.

Keywords: Philosophy, Teaching, Didactics, School, University.

Introdução

O artigo, *A Filosofia e o seu Ensino*, se apresenta como uma singela contribuição no campo da Didáctica da Filosofia. A nossa pretensão é, sobretudo e antes de mais, suscitar uma reflexão crítica sobre o prazer de viver, pensar e ensinar a filosofia, quer no ensino secundário quanto no ensino superior, posto que, no passado, ambos tivemos o privilégio de exercer a docência no nível secundário e actualmente no nível superior. Na verdade, trata-se de uma reflexão que partilha o retrato daquilo que se pode dizer e, simultaneamente, se deseja no que se refere a actividade docente na área de filosofia e ao ensino na e da filosofia tomando como ponto de partida a nossa realidade, isto é, a realidade moçambicana. Assim, tencionamos trazer uma reflexão sobre a didáctica da filosofia aliada a alegria de viver, pensar e ensinar a filosofia.

Ora, a filosofia como qualquer outra disciplina se serve da didáctica. Ensinar a filosofia é uma actividade humana que exige uma atitude de entrega, seja para reflectir sobre o pensar filosófico, quer para o viver filosófico, como para o seu ensino. É, sobretudo, nesta perspectiva que a reflexão encetada pretende contribuir, mormente, sobre a reflexão filosófica e a didáctica da filosofia.

Desde já, é imperioso, pormenorizar que a filosofia é entendida como um olhar crítico sobre o desenvolvimento humano e, portanto, exige uma reflexão autónoma. De modo igual, é conveniente assinalar que o ensino da filosofia nas escolas e nas universidades versa sobre a análise do

desenvolvimento humano e as formas de relação humana com o mundo. Mediante tais considerações, torna-se evidente que a filosofia visa, essencialmente, oferecer fundamentos teórico-práticos para análise da vida individual, colectiva e do mundo.

Com efeito, na escola e na universidade, a filosofia se adapta às questões da vida dos educandos (alunos e estudantes). Esta adaptação faz com que a filosofia não se simplifique e se reduza apenas à repetição das teorias de Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomas, Kant, Descartes, Hegel, Nietzsche, Gadamer e outros filósofos ou, ainda, à reiteração das doutrinas de certas correntes filosóficas, embora estes filósofos, na qualidade de autores filosóficos juntamente com as diversificadas correntes filosóficas tenham contribuído, com bastante mérito, para a evolução do pensamento na história da humanidade.

Sem embargo, existe a premência de clarificar e, igualmente, evidenciar que o uso de autores filosóficos e o recurso às correntes filosóficas se apresenta útil na medida que “o aluno aprende a pensar pelo contacto com o pensamento dos filósofos. O papel destes é pois meramente propedêutico, histórico” (MARNOTO, 1990a, p. 193). Objectivamente, se (...) “recorre à filosofia constituída, aos autores, (...). Pensamos com um autor, ou contra um autor. Para construir um pensamento próprio não partimos do nada, não fazemos tábua rasa de uma tradição” ((MARNOTO, 1990a, p. 193). Para o caso das correntes filosóficas, elas se tornam proveitosas porquanto servem para a fundamentação de alguns princípios, isto é, auxiliam na medida que dispõem “princípios orientadores da problematização filosófica” (Ibid., p. 195).

Não obstante, *Na Crítica da Razão Pura*, Kant tenha defendido que *não ensina a filosofia, mas a filosofar*, (querendo com isso asseverar que o que se aprende é uma atitude posto que a filosofia é algo intrínseco e, por conseguinte, o filosofar é um pensar autónomo, pessoal, subjectivo, concreto, que conduz à saída da menoridade - recusa explícita do ensino da filosofia, todavia a aprendizagem dessa atitude só pode se efectivar graças aos textos filosóficos, isto é, recorrendo a filosofia constituída - aceitação implícita do ensino da filosofia) o exercício de ajudar os outros a organizar o pensamento e estruturar as suas críticas sobre a realidade pressupõe uma actividade de

ensino. Na verdade, ninguém detém a posse da filosofia por ela ser um exercício individual da razão, uma actividade racional, um trabalho de pensar sobre si mesmo. O professor de filosofia, perentoriamente, trabalha no sentido de levar o educando a pensar sobre si, a construir uma relação com os outros, com o mundo e com o ser transcendental.

Decerto, com recurso às estratégias metodológicas e didácticas, o professor leva o educando a desenvolver uma capacidade reflexiva, analítica, problematizadora, crítica que deve desembocar em uma acção-transformação (acção transformadora). Equitativamente, a própria actividade de filosofar de forma académica requer uma iniciação filosófica. Portanto, os educandos são iniciados a actividade de pensar e viver a filosofia. Isto significa cultivar o espírito crítico. Ou melhor, não aceitar tudo como se fosse verdade última sem antes questionar, conforme, de forma acérrima, ensinara e defendera Descartes. Para o efeito, o professor tem a responsabilidade de trabalhar de forma sistemática as teorias, os argumentos e as teses de filósofos com os educandos como forma de inculcar o espírito filosófico. É, pois, em função disso, que a filosofia académica, que depois se torna profissional, pressupõe e impõe formalmente uma didáctica específica, no caso a Didáctica da Filosofia.

Considerando o facto de que a filosofia ou, dito em outras palavras, partindo do pressuposto de que ela é ensinada nas escolas secundárias e nas universidades, pode-se então, discutir sobre a metodologia e a didáctica específica da filosofia. Paulo Freire (2004, p. 22), declarou, no seu livro, *Pedagogia de Autonomia*, que “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Partindo dessa citação, é legítimo afirmar que ensinar a filosofia é reconstruir ou produzir o conhecimento das possibilidades teórico-prático da vida e apresentar o professor de filosofia como o responsável e o facilitador desse colossal, porém fascinante desafio.

O que é, então, ou será a aula de Filosofia

De facto, a Filosofia como qualquer outra disciplina entra na prática pedagógica com sua especificidade. Ela se distingue de outras disciplinas não tão-somente pelo carácter de problematizar a realidade ou pelo facto de

questionar a realidade, ou seja, pelo motivo de partir por questões racionalizando o absurdo, mas, sobretudo, porque o seu objectivo é a clareza e o seu método é razão. Deste modo, a clareza e a racionalidade são, decisivamente, características específicas do pensar filosófico.

Neste sentido, vale a pena considerar que, quando se está perante a questão do currículo e do tópico do ensino e aprendizagem, a primeira preocupação que se coloca é pensar sobre a didáctica exigida e a metodologia que responde a área do saber em específico; a relação desse saber com as actividades do quotidiano lectivo e/ou académco. Qual é a experiência dos que estão envolvidos nessa área do saber, e quais são as suas realizações didáctico-pedagógicas.

É relevante, no presente momento, ressaltar que a aula de filosofia acontece como qualquer área do saber. Porém, pela sua especificidade, precisa de uma didáctica específica que caracteriza esse campo do saber em particular. Ela parte de uma experiência vivida, de um questionamento sobre a realidade e de um “filme” que retracta uma realidade. Portanto, a vivacidade dela, também dependerá da criatividade do professor. Entretanto, isto posto, é precípuo se ter em linha de conta que a aula de filosofia para que, de facto, se torne filosófica deve observar

as exigências pedagógicas de inovação, de criatividade, do exercício lúdico de um pensar activo que se recria no tempo mesmo da acção pedagógica. (...) [sem, contudo, correr-se] o risco de transformar a aula no **happening** ou **performance** lectiva, mais ou menos rico consoante a subjectividade do professor e a pretendida relação espontânea entre o aluno e a sabedoria. (...) cada professor é, pois, autónomo no modo como concebe as suas aulas e, na maior parte dos casos, é apenas apoiado pelos seus colegas de grupo ou professores com interesses pedagógicos afins na respectiva escola. (...) podemos concluir da grande liberdade do professor e da conseqüente responsabilidade da sua actuação pelo grau de autonomia que isso implica. (...) [Assim, há a necessidade] de consentir um espaço de criatividade, de improvisação e de liberdade que torna o ensino da Filosofia mais assumido como uma Arte pedagógica, do que como uma ciência ou mestria de técnicas.

E não será o ensino da Filosofia essencialmente essa capacidade de assumir o risco do novo e de dizer, de modo oportuno, aquilo que é verdadeiro incitamento do pensar? (MARNOTO, 1990a, pp. 267-268).

Em virtude, porém, de uma observação inequívoca, percebe-se que a filosofia é um exercício do pensar que distingue o certo e o errado, o verdadeiro e o falso. É uma actividade intelectual que exige um diálogo entre os indivíduos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Ela se caracteriza pela objectividade, precisão e clareza nas questões discutidas.

Além disso, num certo sentido, se pode afirmar que a filosofia é um discurso esclarecedor e a clareza não é, conforme elucidara Mário Ariel González Porta (2002, p. 44), “uma propriedade meramente desejável dele [do discurso], mas parte essencial de seu próprio sentido”. E porque a filosofia é um discurso esclarecedor, a aula de filosofia é pensada de um modo mais claro e específico, pois o filósofo ensina a arte de pensar de forma disciplinada e precisa.

Em coerência com o exposto acima, cabe advertir que, uma aula de filosofia seja ela de que natureza for tem de ser profunda e transparente, clara e objectiva. A profundidade, transparência, clareza e objectividade são aspectos inerentes ao pensar filosófico. Logo, para que uma aula de filosofia se torne verdadeiramente filosófica, ela tem de começar com uma questão e sugerir, sempre, o diálogo, isto é, debate e/ou discussão de ideias, opiniões, pontos de vista, etc., e nunca de pessoas. O seu conteúdo deve sugerir um diálogo estimulante que leve os educandos (aluno e/ou estudantes) que nunca ouviram falar da filosofia a despertar curiosidade e a suscitar interesse, acima da média, pela disciplina.

Note-se que o diálogo é, antes de mais, o fenómeno humano e pressuposto existencial da espécie humana, ademais estabelecer o diálogo equivale à criação de oportunidade para que o homem possa pronunciar a sua palavra. Assim, o diálogo “se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isto, o diálogo é uma exigência existencial” (FREIRE, 2005: 91). Destarte, o diálogo entre os homens deve ser eterno, dinâmico e imbuído de força criadora. Deve consistir no encontro de consciências a partir do acolhimento do outro, da escuta uns dos outros, do respeito mútuo, da troca de ideias e não no ditado e imposição das mesmas, na comunicação e jamais na transmissão de comunicados (Ibid., p. 89).

No seguimento do que se acabou de referir, o professor deve ter muita atenção no diálogo e ajudar os educandos a encontrar as respostas às perguntas: O que é a filosofia? Como pensar e filosofar? Será que todo o pensamento é filosófico? Quando se filosofa? Para que serve a filosofia e o filosofar, isto é, que importância têm a filosofia e o filosofar na vida pessoal, social, política, cultural, económica, estética, religiosa e por aí em diante? etc. Para responder estas questões e, concomitantemente, suscitar maior participação e interação, o professor deve iniciar as actividades privilegiando o diálogo, com o intuito de despertar interesse e deve registrar tudo o que for partilhado como conhecimento que os educandos detêm relativamente a filosofia. Neste primeiro momento é importante que o professor estimule a turma a participar e guie as reflexões de modo a não se definir a filosofia como um problema, mas uma actividade intelectual a partir da qual pode ser racionalizado o absurdo.

Note-se que nesse racionalizar o absurdo, o professor de filosofia é convidado a iniciar a aula com um tema do quotidiano e deve procurar racionalizar junto com os educandos no sentido de separar nele o filosófico e o comum. Assim, partindo da discussão sobre o tema, formulam-se as questões filosóficas.

A partir do que foi exposto acima, o professor deve assumir o papel de facilitar os educandos a descobrir que a Filosofia é uma forma de vida, é um absurdo racionalizado, é uma experiência quotidiana estruturada, é um modo de sistematizar as vivências. Trata-se, precisamente, de racionalização da vida pessoal, social, política, cultural, económica, estética, religiosa, etc. Para tal, o seu início é a interpelação da nova experiência e a sua finalidade é a realização do espírito humano. Neste sentido, é crucial que os educandos obtenham o entendimento de que a Filosofia é do homem e para o homem. De modo igual, é imperioso que os educandos tenham a ciência de que não existe um momento específico para pensar e ensinar a vida filosoficamente, salvo se algo interpela a vida.

Ora, diante das questões que forem levantadas pelos os educandos na sala de aula, por consequência, irão surgir inúmeras concepções filosóficas que serão fundamentadas com as teorias de grandes autores filosóficos e/ou correntes filosóficas. Neste caso, é importante que o professor, como guia, faça

um desafio, ou seja, crie uma necessidade para que o educando, através da sua própria acção, busque o conhecimento, crie o espírito crítico e estabeleça uma relação entre o conhecimento obtido na sala de aula (o que aprendeu na escola e/ou universidade) e o conhecimento que já traz consigo (o que sabe graças a experiência quotidiana, isto é, da experiência de vida).

Em termos práticos, de acordo com Marnoto (1990b), as questões que deverão estimular os educandos em uma sala ou aula de Filosofia a reflectirem sobre a Filosofia são formuladas obedecendo a seis dimensões:

- A primeira dimensão é filosófica. A dimensão filosófica responde as questões relativas a essência da filosofia, isto é, fundamento da filosofia. Nela, o professor exercita com os educandos as questões concernentes a definição, objecto, objectivo e a natureza da Filosofia. O professor orienta os educandos para que estes sejam capazes de responder as perguntas: o que é Filosofia, qual é a diferença entre a Filosofia e outros campos do saber; o que caracteriza o saber filosófico; como a filosofia responde as questões da vida.
- A segunda dimensão é história. A dimensão histórica responde as questões viradas a origem da filosofia; o papel da filosofia para a humanidade. O professor faz um percurso histórico apresentando as ideias dos grandes pensadores ou filósofos de forma sequenciada. A tarefa do professor nesta dimensão é discutir a evolução do pensamento filosófico ao longo da História.
- A terceira dimensão é social. Na dimensão social da Filosofia, o professor apresenta as contribuições que esta área do conhecimento tem dado à sociedade. Discute também o significado da Filosofia na escola, na universidade, nas instituições e na comunidade; como a Filosofia se torna instrumento de transformação social.
- A quarta dimensão é científica. Nesta dimensão, a reflexão se centra na relação entre o saber filosófico e o saber científico; na contribuição da Filosofia na construção e na legitimação do conhecimento.

- A quinta dimensão é ética e política. Aqui o professor convida os educandos a reflectir sobre o lugar da Filosofia na organização da vida política e das instituições do Estado. Discute igualmente com os educandos as construções da Filosofia na construção dos valores aceites nas instituições privadas e estatais, na construção da cultura do Estado, na formação do cidadão e na gestão transparente da coisa pública.
- A sexta dimensão é antropológica. Nesta dimensão, o professor mostra que o centro da reflexão é o homem. O professor analisa o homem partindo da perspectiva política, social, económica, cultural, religiosa, lúdica, laboral, linguística, ética, histórica e outras dimensões humanas. Deve demonstrar que o homem é epicentro de toda a reflexão filosófica.

Tomando em consideração as dimensões acima elencadas, assume-se que as questões devem ser tratadas de forma filosófica em sala de aula. Para o efeito, os educandos devem, perentoriamente, ser estimulados a desenvolver reflexões de natureza filosófica a partir das dimensões acima expostas, sem, contudo, jamais se descurar do facto de que a Filosofia centra a sua reflexão na racionalidade, na vida social, histórica, científica, política e ética.

Neste momento, importa ressaltar que conforme já se teve a ocasião de referir a Filosofia é, fundamentalmente, uma actividade racional, intelectual e, de modo igual, uma actividade dialógica e essencialmente social. No entanto, como actividade dialógica e social é uma actividade colectiva, porquanto, o pensamento filosófico é originariamente reflexivo direccionado ao colectivo. Destarte, desde este ponto de vista, a filosofia jamais pode perder de vista a sua relação para com o mundo dos seres humanos, a sua relação com o mundo real e com o mundo transcendental.

É necessário, no entanto, admitir o facto de que à medida que o ser humano passa a conhecer a evolução do pensamento do Homem, suas principais ideias, correntes teóricas, a relação do pensamento com o momento histórico-cultural nota-se a capacidade que este vai desenvolvendo para organizar o mundo actual que lhe circunda. Assim, neste diapasão, a filosofia deve levar os educandos a perceberem que todos nós, de certa forma, somos dotados de um

princípio que nos permite organizar, de modo sistemático, os nossos pensamentos e nossos argumentos sobre uma determinada opinião. Trata-se, pois, do princípio epistemológico que nos faculta a possibilidade e/ou outorga o direito e o dever de construir o conhecimento individual e colectivo. É nessa perspectiva que o problema filosófico deixa de ser um dado que “está aí” de modo acabado, mas passa a ser algo construído no tempo e no espaço.

A filosofia na escola

Os argumentos até aqui arrolados demonstram, sem sombra de dúvida, que a filosofia não é coisa de outro mundo, mas sim uma forma de vida humana. É um agir e pensar humano, uma forma de representação da vida e do pensamento. O jovem professor quando pensa em abraçar a carreira docente e, de modo particular, dedicar a sua vida a ensinar filosofia deve ter a plena convicção de que está a optar por enveredar por um caminho de diálogo cuja base serão os princípios de representação do mundo, de relação recíproca entre ele e os educandos.

Há que considerar, ainda, neste enfoque, que os métodos de ensinar a filosofia tanto na escola quanto na universidade são diversificados. Contudo, uma forma de incitar o interesse nos educandos é deixar que eles filosofem sozinhos e entre eles. Por outra, o jovem professor de filosofia deve ser *expert*. Ele deve convidar os educandos a pensar sobre o mundo e sobre a realidade que lhes circunda. Deve, igualmente, organizar a turma em pequenos grupos, propor-lhes um tema de interesse actual e deixar que eles tirem ilações a respeito.

Convenhamos, pois, que todas as aprendizagens dirigidas pelo professor são boas, todavia é necessário atentar a filosofia numa outra perspectiva independente. Uma aprendizagem livre de explicações pode sempre decorrer com a divisão da turma em pequenos grupos de reflexão sugerindo que cada grupo faça um resumo sobre o tema discutido.

A experiência de deixar que a aprendizagem aconteça independentemente do professor é descrita por Walter Omar Kohan (2002) num artigo intitulado *Sobre o ensinar e aprender a Filosofia*. Kohan inspira-se em Jacques Ranciere que descreve a experiência do professor francês, Joseph

Jacotot. De acordo com Kohan, Ranciere escreveu um livro de Filosofia da Educação titulado *Mestre Ignorante*. Neste livro Ranciere relata como Jacotot resolve um problema de aprendizagem com educandos não falantes de língua francesa. Na verdade, Jacotot lhe foi sugerido para trabalhar com educandos que se comunicavam em flamenco, uma língua que ele não entendia nem falava. Entre eles não havia diálogo nem signos em comum, isto é, não havia a possibilidade de comunicação oral entre o ensinante e os aprendentes.

Eis, então, que Jacotot colocara à disposição dos seus educandos um texto em língua francesa para que eles pudessem aprender. Tendo elaborado perguntas e entregue aos seus educandos no fim constatou que eles já haviam adquirido algumas noções de leitura, escrita e fala em língua francesa. Portanto, “aprenderam por si mesmos, sem um professor que lhes ensinasse um conteúdo; porém, não aprenderam sem professor” (KOHAN, 2002, p. 179).

Conforme se pode depreender, a crença segundo a qual a actividade do professor assenta fundamentalmente na transmissão de conhecimentos ordenados partindo do mais simples para o mais complexo, como educava Descartes, encontrou questionamento a partir da experiência de Jacotot. De facto, partindo dessa experiência de Jacotot se pode concluir que era possível ensinar sem explicar e aprender sem que haja um professor explicador ou a ensinar.

Sem dúvida, há uma aprendizagem dependente da explicação e outra livre da explicação. As duas formas de aprendizagem são fundamentais. Uma completa a outra. Contudo, a explicação pressupõe a existência de um detentor de conhecimento. Nessa senda Freire (2004) destaca que ninguém ensina ninguém e ninguém aprende sozinho, porém, os homens aprendem e se educam entre si, mediatizados pelo mundo. Esta asserção pressupõe que o professor também quando ensina aprende. Portanto, quando socializa um conjunto de teorias filosóficas está aprendendo a filosofar. Mas também significa que o processo de aprendizagem sempre é orientado por sujeitos (professor e educandos) e um objecto (natureza - matéria, isto é, o conteúdo de aprendizagem).

Há que considerar, neste contexto, que os conteúdos que a natureza oferece são interpretados pelos sujeitos humanos. Por sua vez, o processo de

interpretação exige a caracterização do objecto. É, precisamente, quando se procura compreender este processo que se constata o seguinte: de um lado, a interpretação pressupõe, também, uma distância entre o aprendiz e a matéria a aprender. Por outro lado, o intérprete identifica-se como aquele que reduz a distância. A interpretação legitima a existência de experts em matérias de filosofia. É, no entanto, a interpretação que permite ao aprendente a possibilidade de repetir o que o mestre ensinou demonstrando, desse modo, que o conhecimento foi apreendido.

Ensinando a filosofia na sala de aula

No universo da didáctica da filosofia existem duas maneiras de abordar a questão da ensinabilidade da Filosofia. A primeira forma é a aprendizagem centrada no professor (mestre), perspectiva que consente que a aula aconteça de cima para baixo, isto é, a aula é ministrada no sentido vertical, se assiste a pura exposição. Neste caso, ao professor se exige o domínio dos conteúdos, da cultura e dos valores. Assim, o professor é detentor do saber filosófico a partir das teorias de vários filósofos e através do cruzamento de conhecimentos. O educando, simplesmente, assume o compromisso de repetir as teorias formuladas por filósofos e socializadas pelo professor. Referir que nesta perspectiva o diálogo como encontro de homens rompe-se, posto que se trata de uma relação de A sobre B, e entre os polos ou um deles (A=eu (professor) e B=tu (educandos)) haverá tendência exacerbada para monopolizar a palavra, impedindo, desse modo, a existência do diálogo e sim do monólogo, tornando a aprendizagem num acto arrogante, de exibicionismo de palavras, em que um procura provar ao outro que “tem razão”, transformando a sala de aula num meio subtil e fútil de “convencer ou conquistar” o outro a partir de uma retórica que se traduz em pseudo-conhecimento.

A segunda forma é chamada aprendizagem centrada no aluno, perspectiva que anui que a aula aconteça na relação eu - tu, isto é, a aula é ministrada no sentido horizontal. Impõe-se salientar que, nesta perspectiva, por um lado, há a evocação (memoração) de Buber; evidenciada na relação eu - tu = nós = diálogo entre sujeitos = relação de reciprocidade, diferente da relação eu - objecto. Nesta perspectiva, o diálogo legitima a abertura e, por

consequente, assume uma relação de simpatia entre os polos A e B e jamais de agressão e/ou estranhamento. A matriz da aula, ou seja, da aprendizagem é o diálogo, no e do qual emana o acolhimento da diferença, a escuta, a confiança, a criticidade, etc. Por outro lado, há referência a Jaspers; relação horizontal entre A e B = a relação de A com B, diferente da relação A sobre B. Então, sendo um encontro e uma relação “eu-tu”, de sujeitos comunicantes, o diálogo permite uma relação horizontal de A com B, e não vertical de A sobre B, pois, se assim for, será dominação, isto é, uma relação de opressão, que leva à dicotomia dos elementos que deveriam ser seus constituintes (FREIRE, 1967, pp. 107-108).

Referir que a aprendizagem centrada no educando é uma forma desenvolvida pela sociologia do conhecimento que procura ressaltar o papel do educando na construção do conhecimento. Esta pedagogia se opõe à pedagogia antiga centrada no professor. A Nova Sociologia de Educação trouxe uma nova configuração da actividade docente. A teoria de currículo desenvolveu também uma ideia a partir da qual o conhecimento é fruto de transformação cultural, e o professor e o educando são sujeitos e agentes activos dessa transformação.

É, justamente, partindo destas duas propostas de ensino, acima aludidas, que surge uma terceira proposta que advoga que o professor é um mediador das discussões e sistematizador das conclusões advindas do debate. O papel do professor vai ser facilitar o debate, mediar o saber e ajudar a sistematizar as ideias sobre o que é filosofia. Mas isso não exclui a busca das teorias dos grandes pensadores para fundamentar o conhecimento. Efectivamente, o que está sendo defendido aqui é o facto de que o professor deve assumir o papel intermédio na produção de conhecimento.

Chegados aqui é, no entanto, relevante recordar que o Professor Immanuel Kant defendeu, insistentemente, que não se pode ensinar filosofia, mas sim a filosofar. Porém, não esclareceu os procedimentos metodológicos de ensinar o educando a filosofar sem percorrer os autores filosóficos e suas grandes teorias. Em nossa opinião não é possível nem ensinar filosofia, nem a filosofar. O que pode ser feito, entendido como a terceira via e/ou possibilidade, é despertar o interesse do educando não para reproduzir os conteúdos dados, mas a partir destes, oferecer-lhes instrumentos analíticos que

permitem fazer uma leitura da realidade do mundo com vista à sua transformação.

Ora, a questão de base permanece, e é a seguinte: como ensinar a Filosofia. Note-se que esta é a preocupação e/ou o foco central da Didáctica da Filosofia. Entretanto, a única tarefa possível que proponha Kant é ensinar a filosofar. Todavia, a tarefa que nós propomos, isto é, sugerimos e recomendamos é despertar o interesse no educando por forma a que este saiba ler, compreender e construir o seu mundo. A filosofia, de facto, é esse interesse de leitura e construção do mundo. Quem sabe ler e compreender as relações construídas pelos seres humanos constrói a sua filosofia, ou seja, desenvolve a sua perspectiva de filosofar.

Neste sentido, importa sugerir que, na verdade, a sala de aula é um campo de construção do mundo. É espaço de contradições de vários mundos, melhor, é o lugar de encontro de vários pensamentos filosóficos partindo dos pensamentos apresentados pelo professor e os construídos pelos próprios educandos. Neste cenário, a Didáctica da Filosofia é uma luz que vai se reflectir na mente de cada educando na construção do seu mundo, da sua relação com os outros e com o Ser transcendental.

Uma outra questão não menos importa, mas, pelo contrário, contígua a anterior é a seguinte: Mas será que existe uma Didáctica que ajude a cumprir tal objectivo de despertar interesse pelo filosofar? É possível planejar uma aula que decorre com a participação activa dos educandos? Ora, a didáctica se funda em avaliações, técnicas, planeamento. Ela procura realizar os objectivos sociais e políticos da educação. Essa concepção cabe no repensar o ensino da filosofia. A Didáctica da Filosofia sugere que o ensino da filosofia passe pelo planeamento da aula que será norteadora dos caminhos por onde o professor e os educandos passarão. As técnicas não podem ser estáticas, visto que a aula é construída com os educandos. Portanto, o planeamento da aula de Filosofia não tem de ser estático, nem fechado porque o saber se constrói quotidianamente.

Assim, com base na análise em curso, se pode afiançar que a avaliação em didáctica da filosofia não pode ser feita de forma isolada. Os educandos não podem ser avaliados separados dos seus mundos ou das suas realidades. Porque os seres humanos estão em relação com a realidade e criam suas relações de

produção. Nessas relações eles produzem a cultura. A produção da cultura é o objectivo da filosofia e nesse sentido ela iguala-se a todas as outras disciplinas, pois são todas produtoras de cultura, componente que distingue a espécie humana com outras espécies. Com esta forma de abordar o ensino da filosofia queremos defender que a Filosofia não apenas desperta no educando o interesse pelo questionamento, mas é, sobretudo a consciência da construção do conhecimento e da cultura.

Porque Didáctica da Filosofia?

De um modo geral, a didáctica é uma das disciplinas da pedagogia que se dedica ao estudo do processo de ensino e aprendizagem. A didáctica reflecte sobre a actividade profissional do professor. Libâneo (2001, p. 52) afirma que a “Didáctica investiga as condições e formas que vigoram no ensino e, ao mesmo tempo, os factores (sociais, políticos, culturais, psicológicas) condicionantes das relações entre a docência e aprendizagem”.

Decorre, do exposto acima, que a didáctica é uma disciplina que traduz os objectivos sociais e políticos em objectivos de ensino. Ela tem como objectivo levar o futuro professor a compreender que, para ensinar a matéria que aprendeu tem de ser capaz de adaptá-la ao conhecimento do educando para assim servir de mediador, deve ser espécie de tradutor entre o saber constituído e o saber a se construir pelo educando. Esta disciplina faz acontecer os objectivos da pedagogia. Em síntese, o objectivo da didáctica é desenvolver a autonomia do educando como aprendiz e como profissional reflexivo, dito de outra forma, a didáctica permite desenvolver a capacidade cognoscitiva do educando. A didáctica tem carácter analítico e reflexivo, de interface teórico-prática e científico-analítica.

Efectivamente, a didáctica pretende estabelecer o limite entre o que está sendo organizado de maneira a ser melhor apreendido pelo educando e o assunto propriamente dito como ele aparece classicamente na história dos conhecimentos. A este respeito afirma Libâneo (2001, p. 55) declarando que a:

acção didáctica se refere à relação entre aluno e a matéria, com objectivo de apropriar-se dela com a mediação do professor. Entre a matéria, o professor e o aluno ocorrem relações recíprocas. O professor tem propósitos definidos no sentido de assegurar o encontro directo do

aluno com a matéria, mas essa actuação depende das condições internas dos alunos.

Sem embargo, a didáctica avalia as mediações possíveis e necessárias para ensinar filosofia na escola e na universidade. A didáctica da filosofia é uma didáctica específica que trata a natureza do processo ensino e aprendizagem dentro do mundo filosófico. Ela responde o âmbito específico de busca de conhecimentos. A didáctica da filosofia busca a “transposição do saber”, ou seja, a transformação do saber científico em um saber especificamente filosófico. Nesta transposição, a filosofia dá ênfase aos seguintes elementos: educandos, espaço e tempo (contexto, realidade), conteúdos a ensinar, metodologia de ensino e mediador.

Os professores além de serem mediadores, eles reinterpretam a didáctica no contexto específico da sua leccionação. Para Selma Pimenta (2006, p. 55) “Às didácticas das disciplinas competem ao estudo do que se refere às origens dos conteúdos a ensinar, sua história e sua epistemologia. (...) novos conceitos didácticos: tramas conceptuais, contrato didáctico, transposição didáctica, situações didácticas”.

No sentido geral, a didáctica observa a seguinte estrutura: a) sequências de actividades de ensino (sequências didácticas), b) o papel dos professores e dos educandos (relação entre professor e educando), c) a forma de estruturar os diferentes educandos e a dinâmica grupal (organização social da aula), d) utilização dos espaços e do tempo; e) maneira de organizar os conteúdos, f) características e uso dos materiais curriculares e outros recursos didácticos e g) o sentido e o papel da avaliação.

Partindo da abordagem de Pimenta, a didáctica da filosofia que se enquadra no conjunto das didácticas específicas, desenvolve-se no seio dos seguintes objectivos: i) compreender a Filosofia no contexto amplo da educação; ii) compreender a especificidade da disciplina Filosofia para educandos jovens/adolescentes, iii) seleccionar as metodologias para o ensino de Filosofia; iv) seleccionar e organizar os materiais didácticos para aula de Filosofia, v) planejar as aulas, levando em conta as unidades didácticas e, vi) executar os planos de aulas (micro-aulas).

Para finalizar, é preciso salientar que não há, ainda em Moçambique, uma produção de conhecimento significativa no campo da Didáctica e das Metodologias para o ensino de Filosofia quer na escola quanto na universidade. Há ensaios e textos produzidos por professores moçambicanos de Filosofia interessados e comprometidos com o ensino, com as questões educacionais que atravessam o pensamento sobre aula de Filosofia. Entretanto, não há muitas pesquisas que encaminhem para a indicação sustentada acerca de metodologia mais adequada à natureza e ao contexto de ensino de filosofia.

O professor como agente de transformação social

O ensino de filosofia não se concentra apenas na interpretação das teorias, pressupostos, argumentos dos filósofos, mas igualmente na transformação da vida dos educandos. As pesquisas sobre o papel do professor nas instituições educacionais caracterizadas pelo fenómeno neoliberal apontam que os professores não são apenas reprodutores da ideologia da classe dominante como demonstrou Michael Apple na sua obra *Política cultural*. Os professores são encarados como agentes de transformação social, ou seja, na linguagem de Surjo Torres Santomé (2000), são activistas sociais.

Enquanto activistas sociais, os professores tornam-se artífices das políticas culturais e assumem o compromisso de recriação das identidades sociais. Nas instituições de ensino, os professores colaborando com os educandos, “incorporam suas ideologias nas tomadas de decisão e actuações, nas quais se vêem envolvidos, e adequam os seus comportamentos para que, conscientemente não entrem em contradição com as suas ideias e concepções da sociedade” (SANTOMÉ, 2000, p. 77).

A perspectiva de que as instituições educacionais são juizes da cultura dominante e espaços de reprodução ideológica encontra uma resistência no seio da actividade docente. Os professores procuram a todo custo criar espaço de manobra para construir uma nova cosmovisão sobre o trabalho docente e a identidade docente. Trata-se de conceitos, políticas e práticas que constituem alternativa às propostas dominantes e oficiais. Essa resistência culmina com a busca da identidade docente, a valorização do trabalho docente e, por

consequente, a cristalização do profissionalismo, da profissionalização e a profissionalidade docentes.

Cabe aqui salientar que Santomé assevera que quando se abordam temáticas relacionadas à resistência do professorado,

existe uma tendência, ainda que de forma implícita, para se considerar que o professorado é politicamente da esquerda, progressista nas suas concepções e ideologias sociais e que tem consciência de que vive numa sociedade onde as injustiças sociais são visíveis e resultantes de um modo de organização e de um governo injusto (SANTOMÉ, 2000, p. 78).

Decerto, o professor transforma as atitudes dos educandos inculcando um espírito crítico e reflexivo. Muda as mentes ao trabalhar com a realidade social e cultural do educando. Assim, a filosofia não só realiza objectivo relacionado ao deficit epistemológico e axiológico, mas também permite ao aprendente reflectir sobre as questões culturais, sociais, políticas, económicas, ambientais, entre outras.

Conforme se pode depreender, a filosofia é um exercício do pensar e de produção do conhecimento. A didáctica da filosofia ajuda o professor a socializar o conhecimento e a estimular o educando a pensar e/ou a reflectir sobre a realidade. Em filosofia, o que é se ensina e se ensina também o que deve ou deveria ser. No entanto, o que se ensina não é só um conhecimento, mas uma forma de pensar sobre a realidade, uma atitude a ser adoptada diante da realidade, uma forma de ser e de viver. Aqueles que ensinam filosofia transmitem sua atitude questionadora, sua não conformidade com o que é apresentado como óbvio ou natural. Aqueles que ensinam filosofia transmitem sua abertura ao desconhecido, ajudando cada educando a encontrar e seguir aquilo que lhe intriga e a construir relações sociais mais convenientes.

Assim, há que considerar neste contexto que, ensinar filosofia não significa e jamais deverá significar esconder cuidadosamente algo conhecido para que os educandos (alunos e estudantes) construam ou descubram por si sós a realidade. Mas, acima de tudo, é facilitar os caminhos de forma que eles descubram a verdade. O que se ensina não é só o que se sabe, mas o que se deve ou deveria saber. O professor de filosofia que ensina um conhecimento, habilidades ou um modelo de forma acabada recorrendo apenas às teorias não facilita a criatividade ou a aprendizagem do educando, pelo contrário, tolhe a

sua capacidade de expandir a sua mente em busca de novos horizontes no que se refere a novos pontos de vista. É responsabilidade, pois, do professor ensinar a filosofia tendo como prioridade auxiliar o educando no sentido de este obter a coragem suficiente para pensar e agir de forma autónoma (sair da menoridade: ousar usar de forma livre, porém, responsável, do seu entendimento, isto é, da sua razão, da capacidade de raciocínio), desenvolver uma atitude reflexiva, problematizadora e crítica capaz de o levar a transformar-se e a transformar o mundo.

Como transformar a aula teórica em prática e vice-versa

Um dos desafios da filosofia é transformar a aula teórica em prática. Trata-se, não apenas de partir dos exemplos vividos para introduzir uma aula de filosofia, mas transcender os exemplos. É mister sair do campo teórico no qual muitos professores estão embasados e a partir do qual ensinar a filosofia se confunde e se limita em oferecer pressupostos, argumentos, princípios, teorias, definições e história da filosofia, para, de forma airosa, transformar a aula de exposição e/ou conversa em prática, modificar o saber teórico em saber fazer, em prática.

Sócrates desenvolveu a maiêutica como um dos métodos fundamentais da filosofia que consiste em ajudar o educando a trazer o conhecimento. Com efeito, Sócrates agia como se fosse uma parteira que ajuda a mulher grávida a trazer o bebé à luz, por isso, “negava estar firmemente em condições de transmitir conhecimento aos outros, ou pelo menos, saber constituído por determinados conteúdos” (REALE & ANTISERI, 1990, p. 99), mas, em contrapartida, se predispunha a auxiliar os seus discípulos a construir e exteriorizar o conhecimento.

Os factos colocam em evidência que Jacotot, partindo da lenda do mestre ignorante, propôs uma metodologia centrada no educando a partir da qual, os educandos, em pequenos grupos, têm a oportunidade de trabalhar o saber e o professor, tão-somente, se torna ou assume o papel de orientador ou facilitador. Ou seja, enquanto Sócrates se baseava no diálogo com o interlocutor (educando) para ajudá-lo a organizar o pensamento e, posteriormente, construir o conhecimento, Jacotot, na mesma senda, centrou-

se em deixar que os educandos, sozinhos e entre si, aprendessem a construir o conhecimento usando uma língua (no caso concreto a língua francesa) que dela não possuíam nenhum domínio ou, melhor dito, ignoravam totalmente, colocando em destaque a ideia conforme a qual o professor é, apenas, aquele sujeito facilitador do processo.

Com efeito, o método proposto e adotado por Jacotot foi deixar que os educandos, em grupo, aprendessem sozinhos e ele na condição de professor servisse de lanterna para iluminá-los. Dito de outra forma, nestas circunstâncias o professor não mais é o centro do processo ensino e aprendizagem, mas um facilitador por excelência. Conforme se pode depreender, os métodos exercitados por Sócrates e Jacotot, vistos numa perspectiva filosófica, são os que hoje se podem denominar por construtivistas. São métodos que levam o interlocutor a produzir e a organizar (por si só e/ou com os outros, a partir da reflexão, do diálogo ou das leituras) o conhecimento.

Resulta evidente, portanto, que o método da pedagogia tradicional foi substituído pelo método da pedagogia moderna cujo preocupação e interesse, em todo processo de ensino e aprendizagem, é colocar o educando no centro do ensino e da aprendizagem. Assim, parece claro que no fundo, quer seja usando a maiêutica como método, quer a lenda do mestre ignorante, o desafio da didáctica da filosofia é e será como explorar o construtivismo e como transformar a teoria em prática.

Ora, após estas considerações, afigura-se pertinente a seguinte pergunta: Como o professor de filosofia problematiza a própria filosofia transformando as questões teóricas em questões práticas e vice-versa? Esse questionamento obriga a pensar sobre a didáctica da filosofia, mas partindo de dois aspectos característicos, como expõe Ronai Pires da Rocha, no capítulo, *A didáctica na disciplina de filosofia*, que consta no livro *Ensinar Filosofia*, organizado por Marcelo Carvalho e Gabriele Cornelli, em 2013. O autor considera fundamental que:

- a filosofia seja um exame minucioso daquelas ideias que usamos quase inocentemente no dia-a-dia; uma atividade reflexiva que se ocupa dos conceitos fundamentais do ser humano;

- cada uma das áreas do saber humano se ocupa de algum aspecto particular da realidade, a filosofia visa ao todo, à própria realidade como um todo (ROCHA, 2013, p. 41).

Tendo em conta esses aspectos, entende-se que a filosofia precisa da didáctica para a sua imersão nos problemas quotidianos relacionados a aprendizagem e estimular o desenvolvimento do exercício reflexivo por parte dos participantes. Por conseguinte, a aula de filosofia deve tender mais para a recriação da realidade. Por sua vez, a actividade do professor de filosofia, na sala de aula, deve ser, primordialmente, recriar o problema e transformar as certezas em questionamentos por forma a conduzir à reconstrução da realidade epistémica. Assim, deve-se assumir a firme convicção de que a incerteza ou a dúvida podem conduzir, isto é, possibilitar a solução. Neste contexto a preocupação e a responsabilidade essencial do professor deve ser convidar os educandos a se imiscuir no processo de questionamento tornando a aula activa. Esse processo pode ser feito com exemplos concretos e exercícios reflexivos.

De forma didáctico-metodológica, a aula de filosofia deve começar com um exercício, um problema, uma simulação gnosiológica, etc., capaz de instigar os educandos a desabrochar o conhecimento de forma individual. Essa é uma das características fundamentais para suscitar nos discípulos o espírito de reflexão. Por exemplo, em uma aula de Metafísica, se pode começar com a exposição ou discurso sobre o *Mito da Caverna* platónico. A exposição deve estimular nos educandos a formação de juízos lógicos e levá-los a distinguir duas realidades, física e metafísica. A aula sobre o *Mito da Caverna* introduzida com um exercício pode conduzir a turma a criar um ambiente prático do filosofar e, sem dúvida, isto constitui e é a maior pretensão e o grande desafio da filosofia académica e profissional.

Considerações finais

No presente artigo, nos propusemos reflectir sobre o ensino de filosofia na escola e na universidade. Em nossas lucubrações apreendemos que a filosofia, como outras disciplinas, pode ser ensinada, porém, ela possui um carácter diferente. Ensinar a filosofia não se consubstancia em apresentar conceitos, categorias, argumentos, teorias que se sintetizam como conteúdos,

mas na forma de viver, pensar e enfrentar a vida com todas as suas alegrias e desafios, de forma autónoma, responsável, problematizadora e crítica.

Aparte as considerações acima, não há dúvida, que o gosto de filosofar na sala de aula assenta, máxime, na capacidade de transformar o espírito intelectual dos educandos. Dito de outra forma, na capacidade de mobilizar, de todos os modos possíveis, os educandos a pensar sobre a realidade social, política, ética, cultural, económica, etc., e emergir, isto é possibilitar e permitir que venha à tona, neles o desejo e o interesse de transformar essas realidades sempre que assim se demonstre pertinente.

Para o efeito, o professor é chamado a problematizar a sua aula começando por situações concretas, vivenciadas pelos seus educandos. Este procedimento é crucial no ensino de filosofia, a bem dizer na aula de filosofia, porque se o problema tiver um carácter desligado da realidade não será relevante para os educandos pois não tomarão o problema proposto como seu. Ao contrário, o problema se apresentará como uma obrigação deles enquanto educandos e/ou sujeitos e como uma exigência do professor. De facto, se o problema não afectar os educandos em sua qualidade de ser humano, perderá a sua pertinência, porquanto, não haverá relação entre o processo de aprendizagem e a vida. Por isso, o problema escolhido deve suscitar curiosidade e interesse nos educandos. Se, por hipótese, o problema sugerido não contenha os elementos necessários para estimular e incitar a manifestação da curiosidade e do interesse não haverá motivação, por parte dos educandos, em resolver a questão em causa, posto que, tratar-se-á de uma questão sem relevância e, deste modo, perder-se-á a oportunidade destes adquirirem conhecimento, habilidade, técnica e/ou atitude que seriam úteis para a sua formação (aprendizagem, educação). Caso isto aconteça os educandos não devem ser responsabilizados por essa irregularidade, a responsabilidade do “fracasso” é do professor que elaborou o problema e este infelizmente não resultou em uma aprendizagem significativa.

Do que foi dito segue-se, necessariamente, a obrigatoriedade de o professor em sua actividade lectiva tomar em consideração as seis dimensões evidenciadas. Trata-se, pois, da dimensão filosófica (encerra a essência da filosofia); dimensão histórica (inclui o percurso histórico da filosofia e dos

pensadores); dimensão social (envolve as contribuições da filosofia para o indivíduo e para a sociedade); dimensão científica (abrange a relação da filosofia com outras ciências no processo de construção do conhecimento); dimensão ética e política (compreende a reflexão sobre o lugar da filosofia nas instituições e na vida política) e, dimensão antropológica (abarca a reflexão em torno do homem).

Estas dimensões aliadas ao diálogo (partilha e debate livre e comprometido de ideias) se apresentam como elementos fundamentais no ensino e aprendizagem da filosofia. O professor, enquanto mediador do processo de ensino e aprendizagem, deve, ao ensinar a filosofia e a reflexão filosófica, jamais se descurar destes elementos.

A terminar, em traços gerais, deixamos assente que a maiêutica socrática, actualmente transformada em construtivismo, juntamente com a metodologia do Jacotot constituem, a nosso ver, os métodos mais adequados e relevantes para a didáctica da filosofia em Moçambique. Cremos, firmemente, que o uso correcto destes métodos pelos professores de filosofia poderá, com sucesso, ampliar o campo do conhecimento e contribuir para conhecer e compreender melhor a nossa realidade mais imediata e nos predispor a melhorar as suas condições, clarificar e transformar a nossa realidade enquanto consciência em evolução, nos impelir a estarmos presentes em todos os planos relativos à nossa realidade colectiva sem covardia nem cinismo, desenvolver em nós capacidades interiores para que possamos viver em equilíbrio e harmonia. Note-se que, aqui, nos referimos a todas as realidades, isto é, à realidade observável em todos os âmbitos: realidade moderna e urbana, educativa, histórico-cultural, sócio-económica, médica, assistencial, ambiental, qualidade de vida, entre outras.

Bibliografia

PORTA, Mário Ariel González. A Filosofia a partir dos seus problemas: **Didáctica e metodologia do estudo filosófico**. São Paulo, Loyola, 2002.

KOHAN, Walter Omar. Sobre o ensinar e o aprender...Filosofia. In: PIOVESAN, Américo et. all. (orgs), **Filosofia e ensino em debate**. Rio Grande do Sul, editora Unijui, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia de Autonomia**. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 47ª Ed., Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2005.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. 5ª Ed., Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1967.

LIBANEO, José Carlos. **Didáctica**. São Paulo, Cortez, 2001.

SANTOMÉ, Surjo Torres. O professorado na época do neoliberalismo: aspectos sociopolíticos do seu trabalho. In: PACHECO, José Augusto, (Org), **Políticas Educativas: O neoliberalismo em educação**, Portugal, Porto editora, 2000.

REALE, Giovanni & ANTISERI, Dário. **História da Filosofia**. Vol. 1, São Paulo, Paulus, 1990.

ROCHA, Ronai Pires Da. A didática na disciplina de filosofia. In: CARVALHO, Marcelo & CORNELI, Gabriele (Orgs), **Ensinar Filosofia**. Vol II. Cuiabá, Central de Texto, 2013.

MARNOTO, Isabel. (Org.). **Didáctica de Filosofia I**. Lisboa, Universidade Aberta, 1990a.

MARNOTO, Isabel. (Org.). **Didáctica de Filosofia II**. Lisboa, Universidade Aberta, 1990b.